

Conhecimento linguístico da LIBRAS e do sistema de escrita de sinais: uma análise com acadêmicos surdos e deficientes auditivos da UNIR/campus de Vilhena

Elayne Barbosa da Silva¹
Josimari dos Santos da Conceição²

Resumo

o conhecimento linguístico da Libras, acontece por meio da aprendizagem da estrutura gramatical da Língua de Sinais. A escrita de sinais é configurada como um sistema de escrita para surdos, haja vista que, durante alguns anos, a Língua de Sinais era considerada ágrafa; entretanto, todos os surdos conhecem a estrutura gramatical da sua própria língua? Para responder à questão, aplicou-se um questionário semiestruturado e foram entrevistados os acadêmicos surdos e deficientes auditivos matriculados na UNIR, *campus* de Vilhena, em consonância aos objetivos desta pesquisa: averiguar o nível de conhecimento linguístico dos acadêmicos, em relação a estrutura gramatical da Libras, bem como à escrita dessa língua. A pesquisa em questão possui como base teórica autores como: Quadros (2004), sobre a linguística da Libras; Stumpf (2005), sobre a escrita da Língua de Sinais pelo sistema *Sign Writing*; Perlin (2003), com o trabalho *O ser e o estar sendo surdos: alteridade diferença e identidade*.

Palavras-chave: Linguística da Libras; *Sign Writing*; diferença e identidade.

¹ Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal de Rondônia – UNIR.

² Mestranda em Ciências da Educação. Tradutora Intérprete de Libras da Universidade Federal de Rondônia – *campus* de Vilhena.

Linguistic knowledge of LIBRAS and the signal writing system: an analysis with deaf and hearing impaired academics of UNIR/campus of Vilhena

Abstract

The linguistic knowledge of Libras, happens through the learning of the grammatical structure of the Sign Language. Signal writing is configured as a writing system for the deaf, given that, for a few years, sign language was considered staple; however, do all deaf people know the grammatical structure of their own language? To answer the question, a semi-structured questionnaire was applied and the deaf and deficient auditory academics enrolled in UNIR, Vilhena campus, were interviewed, in line with the objectives of this research: to verify the level of knowledge of the academics, in relation to the grammatical structure of Libras, as well as the writing of this language. *The research in question has as theoretical basis authors such as: Quadros (2004), on the linguistics of Libras; Stumpf (2005), on the writing of sign language by the Sign Writing system; and Perlin (2003), with the work O ser e o estar sendo surdos: alteridade diferença e identidade.*

Keywords: Libras Linguistics; *Sign Writing*; difference and identity.

1 Introdução

A linguística é o estudo científico das línguas naturais e humanas em seus aspectos fonético, morfológico, semântico, social e psicológico, ou seja, a língua como estrutura. Assim como a língua portuguesa é oral-auditiva, a língua de sinais é visual-espacial, e ambas possuem suas estruturas gramaticais próprias.

O objetivo deste trabalho é o de elencar os conhecimentos linguísticos dos acadêmicos surdos em relação a sua língua materna, a Libras. Para tanto, faz-se necessário um breve histórico sobre a linguística, sendo as línguas de sinais consideradas um sistema linguístico legítimo, por atenderem a todos os requisitos de uma língua genuína (STOKOE, 1960, apud QUADROS, 2004, p. 30).

Segundo Saussure (1916, p.11), “A linguística nasceu do estudo das línguas germânicas e românicas, por volta de 1836-1838” (apud QUADROS, 2004, p. 15), e, como pressuposto ou tarefa, um dos objetivos é “fazer a descrição de todas as línguas” (SAUSSURE, 1916, apud QUADROS, 2004), bem como elencar a história das famílias de línguas e, na medida do possível, reconstruir as línguas-mãe de cada família. Assim sendo, a matéria de estudo da linguística, inicialmente, é constituída por todas as manifestações da linguagem humana.

Quadros (2004) afirma que as línguas naturais, entendidas como algo nato, ou arbitrarias, estão relacionadas a duas correntes de pensamento filosófico herdadas dos filósofos Platão e Aristóteles, que buscavam a linguística estruturalista como ciência da linguagem. Assim sendo, a língua é definida como um conjunto de signos abstratos presentes na mente como resultado da história cultural e, ainda, da prática social, e essa seria a essência da linguagem.

Para Chomsky (1957, apud QUADROS, 2004, p. 30), a definição de língua natural pode ser entendida em termos formais como um “conjunto finito ou infinito de sentenças, [...] a partir de um conjunto finito de elementos”, ou seja, esses elementos básicos seriam as palavras faladas, para as línguas orais, e as sinalizadas, para as línguas de sinais.

Segundo Quadros e Karnopp (2004), entre as línguas de sinais há dialetos, como nas línguas orais, ou seja, assim como há variação linguística e regionalismo entre as línguas orais de um mesmo país, e entre países diferentes, significa que as línguas de sinais de diferentes países, em geral, não são entendidas por surdos estrangeiros. A língua de sinais americana é diferente da língua de sinais brasileira que, por sua vez, difere da língua de sinais francesa. E assim entende-se que as línguas de sinais não são universais.

Sabe-se que a Libras é a língua materna dos Surdos, regulamentada pela Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que explicita, no parágrafo único do Art. 1º: “Entende-se como Língua Brasileira de Sinais – Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, [...]” (BRASIL, 2002, p. 01). A legislação assegura que essa língua constitui um sistema linguístico de transmissão de ideias e de fatos oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil.

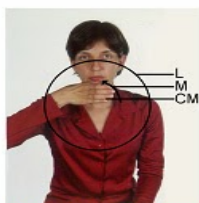
Veloso e Maia (2015) afirmam, conforme o censo escolar de 2000, que nas escolas especiais, com mais de 50 escolas para surdos, havia 344 surdos nas universidades brasileiras, um número reduzido: 3% desses surdos concluíram o ensino médio, e a notícia mais agravante é que 0,1% dessas pessoas surdas concluíram o curso superior. A informação elencada pelos autores é o tema que motiva esta pesquisa, para se entender como são o entendimento e o conhecimento linguístico da Libras dos acadêmicos surdos que chegaram à universidade, neste caso, a UNIR/campus de Vilhena.

2 Alguns elementos gramaticais da língua de sinais brasileira e a escrita da língua de sinais

As línguas de sinais são analisadas como espacial-visuais devido à informação linguística ser recebida pelos olhos. Assim sendo, a fonologia das línguas de sinais determina quais são as unidades mínimas dos sinais. Nesse contexto, Brentari (1995, p. 615) afirma que “a tarefa da fonologia é identificar as unidades mínimas do sistema, quais dessas unidades são constrativas e como são restringidas por diferenças e similaridades sensoriais entre línguas de sinais e línguas orais”.

Segundo Quadros (2004, p. 49), para compreender o sistema linguístico da língua de sinais, três aspectos são de grande importância: “Configuração de mão: CM, Locação de Mão: L e Movimento da Mão: M, estas são unidades mínimas na Língua de Sinais (LS), ou seja, os fonemas e morfemas na LS”.

Figura 1 – Parâmetros fonológicos da LIBRAS



Os parâmetros fonológicos da LIBRAS
(retirado de Quadros e Karnopp 2004, p. 51)

Fonte: Quadros, Karnopp (2004)

Um sinal pode ser articulado com uma ou duas mãos. A língua de sinais é produzida pelas mãos.

Conforme Oliveira e Cunha (2009), os sinais são combinações dos movimentos das mãos, podendo ser em determinada parte do corpo ou

em um espaço em frente ao corpo, e as articulações das mãos podem ser entendidas como fonemas ou morfemas, que são chamados de parâmetros dentro da Libras.

De acordo com Felipe (2007), os sinais podem ter ou não movimentos, mas, sobre a orientação, os sinais têm direção, podendo significar ideias de oposição, de concordância, de número, de pessoa e até mesmo indicar o executor da ação sinalizada.

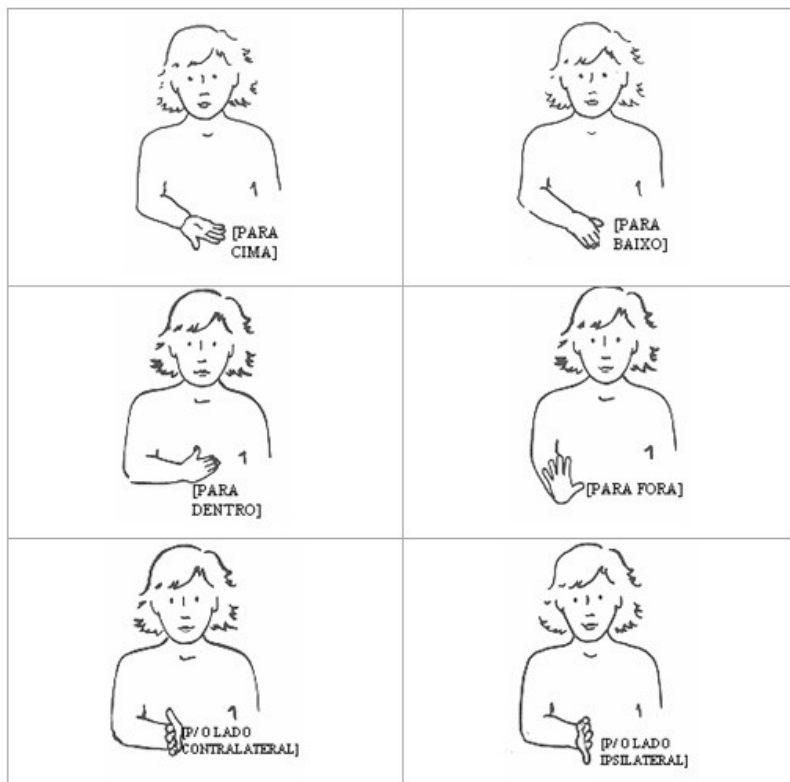
Figura 2 – Pares mínimos – LIBRAS



Fig. 2: Pares mínimos na LIBRAS (retirado de Quadros e Karnopp 2004, p. 52)

Fonte: Quadros; Karnopp (2004)

Figura 3 – LIBRAS: orientação de mão



Orientações de Mão (retirado de Marentette 1995, p. 204)

Fonte: Marentette (1995)

Quadros (2004) exemplifica que os movimentos são definidos como parâmetros complexos que podem envolver uma vasta rede de formas e de direções, desde os movimentos internos da mão até os movimentos do pulso e os movimentos direcionados.

Ainda falando da Língua Brasileira de Sinais como comunicação, Bakhtin (1995) descreve que a linguagem é meio de comunicação e de

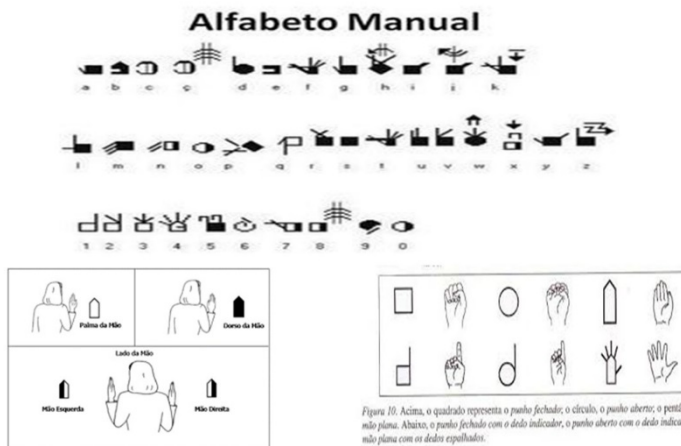
interação, e que a partir dos enunciados é possível a interação entre pessoas, ou seja, as formas de comunicar são o produto dessa interação. Segundo Bakhtin (1995), “a língua é como um fato social, cuja existência se funda nas necessidades da comunicação, e a fala está indissolivelmente ligada às condições da comunicação” que, por sua vez, estão sempre ligadas às estruturas sociais, o que inclui a língua de sinais e a necessidade de comunicação dos surdos no meio em que vivem. Assim sendo, o intérprete profissional empresta ao surdo não só os ouvidos e as mãos, mas seu corpo todo, para uma boa interpretação. O que, para os ouvintes, é expressado através de sons, para os surdos, deve ser materializado no corpo do intérprete. Muitas vezes basta um sinal e uma expressão facial, ou corporal, para que o surdo entenda todo um contexto ou uma mensagem.

Para Strobel (2008), a expressão facial desempenha importante fator na comunicação em língua de sinais. É através do corpo e da expressão facial que se pode expressar uma ideia ou reforçar um sentimento da mensagem transmitida, uma vez que a compreensão do surdo sobre esse contexto não se enquadra na oralidade. Na língua portuguesa encontramos frases com expressões afirmativas, entre outras; já na Língua Brasileira de Sinais, atenta-se para a expressão facial ou corporal, porque a língua de sinais configura a imagem do pensamento do surdo.

A escrita referente à comunicação gestual e visual do surdo é a Escrita da Língua de Sinais (ELS). Stumpf (2005) afirma, em sua tese de doutorado sobre a informática na educação e a importância da Escrita da Língua de Sinais para o melhor desenvolvimento dos surdos, que, assim como a educação passa por modificações, a educação de surdos também evoluiu no quesito da escrita. Assim, desenvolveu-se um sistema de escrita para os sinais, de uma língua que, antes, era considerada como ágrafa. Após a criação e o desenvolvimento do sistema *Sign Writing*, os sinais ganharam forma escrita. A escrita *Sign*

Writing é feita do ponto de vista do sinalizador, sempre na vertical, de cima para baixo, em uma perspectiva expressiva, como se o leitor estivesse atrás do sinalizador, como nas figuras a seguir.

Figura 4 – Alfabeto manual



Fonte: Stumpf (2005)

3 Conceitos sobre surdez: diferenças e identidades

Sobre as deficiências e diferenças de surdez (hipoacusia), é considerado surdo todo aquele que tem ausência de recepção de som, seja parcial ou total. A deficiência auditiva é entendida como a perda parcial ou total da capacidade de detectar sons que, em regras gerais, é causada por má formação genética e por lesão na orelha ou na composição do aparelho auditivo.

Segundo a OSM (2014), existem tipos de surdez e de deficiência auditiva. Em níveis de decibéis, pode-se classificar a surdez como leve, moderada, severa e profunda. A potência do som é medida em decibéis

(DB), em relação de referência padronizada. Sons superiores a 70 decibéis são considerados altos, e sons inferiores a 20 decibéis são considerados baixos. Segundo Honora e Lopes (2008), para a fala normal do sujeito ouvinte e falante, têm-se 40 decibéis.

Classificados na OSM (2014) e na Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), os parcialmente surdos, isto é, com surdez leve, apresentam perda auditiva de até 40 DB e enquadram-se como deficientes auditivos. Pessoas com surdez moderada apresentam perda entre 40 a 70 DB. O surdo é aquele que apresenta perda entre 70 e 90 DB. Já o surdo severo apresenta perda acima de 90 DB, o que priva a pessoa de receber e de perceber informações da voz humana, impedindo-a de adquirir a linguagem oral, conforme a classificação da OSM e BVS.

3.1 Visão da surdez

Veloso e Maia (2015) trazem um panorama sobre a surdez. Antes considerada como uma doença que precisava ser erradicada, adotaram-se métodos oralistas e de treinamentos da fala, já que era vista como uma deficiência e que divergiam os pontos de apoio e de estudo entre médicos, psiquiatras e outros estudiosos que disseminavam as linhas de estudos sobre esse foco. Chegou no Brasil, através de Dom Pedro II, o Instituto de Surdos Mudos (ISM), que foi um marco e que se tornou movimento nessa constante luta para inserir a língua dos surdos no contexto social, para que não apenas os surdos pudessem ter acesso a ela, mas também os ouvintes, e que pudesse tornar-se um movimento com grandes resultados no percurso, para ser reconhecida a língua de sinais, aqui no Brasil, e a cultura surda, bem como sua identidade. Até o Congresso de Milão (1880), havia apenas duas linhas de pesquisa, uma decidida pelo método oralista puro, e outra, em menor escala, por métodos combinados que, devido a acordos firmados nesse evento, resultaram na maior exclusão dos surdos do convívio social, deixando,

de legado, um retrocesso na luta pelo direito de ser alfabetizado na sua língua materna, a língua de sinais.

Mesmo com a fundação do Instituto de Educação para Surdos aqui no Brasil, os avanços e retrocessos aconteceram, por consequência da visão de quem estava na administração da entidade. Assim, transformasse o Instituto, que chegou até a ser considerado como um asilo para os surdos, fora o movimento dos ouvintes, que ainda nos dias de hoje tentam prevalecer sobre a cultura surda, ou seja, querem a qualquer custo que o surdo continue submetido ao mundo “ouvintista” – e está, de fato, pois os surdos nascem em meio aos ouvintes, e é como se o surdo estivesse fora do seu devido lugar, por ser mal entendido e mal interpretado, em muitos casos.

Conforme Grémion (1991, apud LULKIN, 1998, p. 37), as novas políticas e propostas educacionais do século XIX, que influenciaram a questão até cerca dos anos 70, regiam a seguinte condição:

O congresso, considerando a incontestável superioridade da palavra sobre os signos para devolver o surdo à sociedade e para dar-lhe um melhor conhecimento da língua, declara que o método oral deve ser preferido ao da mímica para a educação e instrução dos surdos-mudos [...]. O congresso, considerando que o uso simultâneo da palavra e dos signos mímicos têm a desvantagem de inibir a leitura labial e a precisão de ideias, declara que o método oral puro deve ser preferido. [...]. A terceira resolução é um voto em favor da extensão do ensino dos surdos-mudos. Considerando que um grande número de surdos-mudos não recebe os benefícios da instrução; que essa situação provém dos poucos recursos das famílias e dos estabelecimentos, emite o voto que os governos tomem as medidas necessárias para que todos surdos e mudos possam ser instruídos. (LULKIN, 1998, p. 37).

Percebe-se, nesse trecho, que a repressão outorgada pelo Congresso de Milão foi legitimada nos países que participaram do

evento e trouxe consequências graves aos surdos, pois nem todos tinham condições de serem oralizados, gerando ainda mais segregação, revelando, assim, o poder ouvinte, rotulatório e administrativo sobre os surdos.

Durante muito tempo os surdos brasileiros de todo o país buscavam educação no Instituto criado para eles, porém, não tinham, de todo, uma educação para decidirem a sua própria identidade, ou seja, aprendiam a língua de sinais e aprendiam também serviços de baixa perspectiva de renda, como sapataria, carpintaria e artesanato. Às meninas, eram ensinados, além da língua de sinais, os afazeres domésticos. Em alguns casos, para ambos os sexos, ensinava-se como trabalhar com instrumentos musicais. Esse era o grande avanço, mas os surdos queriam mais. Como relatado na história do INES (2008), eles queriam o direito de escolha, de poderem expressar sua cultura e sua identidade, assim como estudar mais e chegar a maiores níveis de conhecimento, ir além de uma escola só para surdos, ter uma educação com que pudessem ver seu potencial desenvolver-se nas estruturas, nas formas e nas funções para uma vida comunitária, com a participação dos surdos nos processos educacionais, culturais e de cidadania, ou seja, o direito de ser Surdo.

3.2 Identidade surda

Para se falar de identidade surda, é válido lembrar do conceito de identidade. Hall (2006) afirma que o conceito de identidade varia de acordo com a história. Assim, subentende-se que: “a) sujeito do iluminismo, tendência para perfeição do ser humano, b) sujeito sociológico, onde as identidades se moldam nas representações sociais, c) sujeito pós-moderno, onde as identidades apresentam-se fragmentadas”, ou seja, a identidade em questão está em construção, o que significa estar em constante movimento; por isso, “move sujeitos

em diferentes situações, pois nenhuma identidade associa-se a todas as identidades como uma mestra” (HALL, 2006, p. 10).

A identidade cultural é formada por meio do pertencimento a uma cultura, nesse caso, a cultura surda, que deve ser respeitada pela cultura ouvinte, pois, segundo Perlin (1998, p. 56), “os surdos têm diferenças e não deficiências”. A diferença cultural surda é vista pela cultura ouvinte como incômodo, por isso a necessidade de tomar conta da comunidade surda, ou seja, de tentar impor uma língua única para todos, sufocando a identidade e a cultura surda. Fernandes (2015) afirma que o surdo nascido no Brasil precisa aprender a língua materna (L1) e, ainda, a língua portuguesa como segunda língua (L2), pois vivemos em um país falante dessa língua, o que torna mais fácil para a cultura “ouvintista” manter controle sobre a cultura surda, não lhes permitindo o devido direito e o respeito à cultura e à identidade surdas.

Para Perlin (1998, p. 56), “a cultura surda como diferença se constitui numa atividade criadora em que ser surdo é pertencer a um mundo de experiência visual”; ou seja, não poderá se equiparar à cultura ouvinte. E mais: quando se diz atividade criadora, pode-se observar que sinais de comunicação dos surdos são criados a todo instante, o que difere da cultura ouvinte. Assim, destaca em seu currículo sobre as identidades:

Perlin, mulher surda, militante pela causa surda, classifica as identidades surdas como: Identidade Flutuante: o surdo se espelha na representação da soberania do ouvinte, vivendo o manifesto do mundo ouvinte. O surdo não se vê como surdo e sim como ouvinte. Identidade Inconformada: em que o surdo não consegue captar a representação da identidade ouvinte, e se sente de identidade inferior, pois não consegue acatar a imposição ou soberania do ouvinte, [...] não aceita a represália da condição ouvinte e também não consegue empoderar se da cultura surda não se vê politicamente surdo. Identidade de transição: conflito cultural, o contato do surdo com a comunidade surda acontece na fase adulta e ao passar da

comunicação visual-oral para visual sinalizada faz com que ocorra esse choque cultural. Identidade Híbrida: reconhece os surdos que nasceram ouvintes e se ensurdecaram, por tal situação terão as duas línguas, porém numa dependência de sinais e também do pensamento na língua oral. Identidade Surda; em que ser surdo é estar no mundo visual e poder desenvolver sua experiência na língua de sinais, assumem a identidade surda e se vêem capazes como sujeitos culturais, numa formação de identidade que só ocorre nos espaços culturais surdos. Quando se fala em identidade surda se diz em identidade política, empoderamento do surdo ao se assumir como tal. (PERLIN, 1998, p. 56).

Mediante as afirmações acima citadas, pode-se perceber as diferenças existentes na cultura surda, o que deixa explícito, em algumas situações, a hegemonia ouvinte sobre a cultura surda, mas também observa-se que, à medida que os surdos compreendem-se como Surdo e assimilam a linguagem de sinais, passam a interessar-se pela identidade surda, por entenderem sua dimensão política, o que leva os surdos a lutarem contra a dominância do ouvinte, ou seja, eles entendem que devem lutar pelos direitos de serem Surdos. Para tanto, temos as leis de acessibilidade e direitos para assegurar a integridade desses sujeitos, onde quer que estejam. Ou seja, os surdos com identidade própria não podem ser considerados deficientes auditivos, mas sim sujeitos formadores, ou membros, de uma comunidade linguística minoritária.

3.3 Cultura surda

O termo “cultura surda”, segundo Strobel (2018), tem a ver, ou faz parte, do bilinguismo. Para entendermos a cultura surda, faz-se necessário observar o que essa tem de relevante, como acontece em todas as demais culturas, ou seja, o que difere a cultura surda é

justamente a língua de sinais ser visual-gestual, sendo que nas outras culturas o que predomina é o oralismo. É preciso levar em consideração, para a cultura surda, a luta dos surdos pelo reconhecimento de sua língua, de seus usos e costumes, ou seja, pelo direito de serem Surdos e de terem sua identidade política reconhecida, a busca pelos direitos de terem intérpretes em repartições públicas e a luta pela educação dos filhos surdos (DA).

Perlin (2003) afirma que, em meio a movimentos e constantes reivindicações, acontece a busca pelos direitos de serem reconhecidos não apenas como sujeitos surdos, mas também como sujeitos com direito à escola e à acessibilidade, para uma vida melhor. É importante olhar a surdez não como deficiência, mas como diferença cultural, deixando para trás os pejorativos sobre a cultura surda que foram construídos pelos ouvintes ao longo de suas vidas.

Para Lopes (2011), romper com as concepções de surdez arraigadas à deficiência e construir uma narrativa sobre os Surdos com bases antropológicas, culturais e linguísticas é construir uma narrativa com sujeitos culturais que vivem territorialmente na cultura ouvinte e que precisam de aproximação, para que haja respeito e interação entre surdos e ouvintes, em um processo de articulação que acontece nas escolas, nas associações de surdos e também nas igrejas.

Ainda segundo Lopes (2011, p. 17), conforme damos significado às coisas, os ouvintes afirmam que a palavra surdez remete a um sentido clínico e terapêutico, e é isso que nos permite virar as costas para outras formas de significação e entendermos que sentido clínico é uma invenção cultural. Faz-se necessária, portanto, a compreensão da surdez em um sentido cultural e antropológico. Assim sendo, poderemos pensar nas articulações e nas representações das comunidades, bem como nas subjetividades surdas, ou seja, “se narrarmos a Surdez dentro de circuitos não clínicos e medicalizantes, poderemos inventá-la de

outras formas.”³ (LOPES, 2011). Assim, passaremos a falar de forma diferente, com olhar e cotidiano diferentes em relação aos termos pejorativos que criamos culturalmente para a surdez e para a cultura Surda, além de entendermos as diferenças nas identidades Surdas.

Conforme definição do MEC (Brasil, 2004, p. 10), “entende-se cultura Surda como a identidade cultural de um grupo de surdos que se define enquanto grupo diferente de outros grupos”, ou seja, uma cultura com diferentes características e que precisa ser compreendida e respeitada.

4 Conhecimento linguístico dos acadêmicos surdos e deficientes auditivos da UNIR/campus de Vilhena: análise e métodos utilizados

Esta pesquisa é participativa e qualitativa, utilizando também questionário semiestruturado e registro no diário de campo. Esclareça-se que as entrevistas gravadas foram transcritas para os quadros, no intuito de traçar um perfil dos entrevistados.

Para os referenciais teóricos, foram utilizados autores surdos e ouvintes que escrevem sobre a inclusão e a surdez. Autores que incentivam a inclusão e que visam aos surdos no mercado de trabalho e nas universidades, que acreditam na luta e na educação dos Surdos e, por isso, desenvolvem trabalhos voltados para essa temática.

A pesquisa foi realizada com três acadêmicos surdos e quatro deficientes auditivos matriculados na UNIR/campus de Vilhena, nos cursos de Pedagogia, Letras e Ciências Contábeis. Dentre os dados coletados a partir das entrevistas e também dos questionários, pôde-se delinear um perfil dos acadêmicos no quesito gênero e conhecimento

³ Surdo, com a primeira letra maiúscula, é o sujeito Surdo Antropológico. E surdo, com a letra minúscula, é uma visão clínica da patologia. Visão da surdez como doença (PERLIN, 1998).

linguístico da Libras e da escrita de sinais, como descrito nos quadros a seguir.

<p>Surdo 1</p> <p>32 anos. Sexo masculino. Aos 6 anos de idade foi para a escola pública. Estudou em duas escolas concomitantemente, uma para surdos, em um turno, e outra para ouvintes, no contraturno. Aos 10 anos apropriou-se da língua materna. Aos 18 foi para o Ensino Médio. No ano de 2008 cursou pedagogia na AVEC. Cursou Letras - Libras na FASA. Ingressou na UNIR/campus de Vilhena em 2016. Está matriculado no curso de Ciências Contábeis. Lê e escreve em língua portuguesa. É fluente em Libras. Conhece a escrita de sinais.</p>
<p>Surdo 2</p> <p>54 anos. Sexo feminino. Com 6 anos foi para a escola. Estudou em escola particular. Aos 12 anos aprendeu a língua de sinais em uma escola pública. Parou de estudar por mais de três décadas. Retornou para a escola com 49 anos de idade. Estudou no CEEJA da cidade de Vilhena. Lê e escreve pouco em língua portuguesa. Gosta de Libras e se considera fluente. Sabe da existência da escrita de sinais, porém não escreve. Ingressou na UNIR/campus de Vilhena em 2017, no curso de Letras. Migrou para o curso de Pedagogia em 2018 e gosta de estudar no curso em que está matriculada.</p>
<p>Surdo 3</p> <p>48 anos. Sexo masculino. Teve acesso à escola ciclada aos 7 anos de idade, onde estudou até os 13. Quando estudava, a professora tentava a comunicação através de gestos. Evadiu-se da escola para trabalhar na roça, ajudando no sustento de toda a família, e esqueceu-se de todos os gestos que a professora o ensinou na escola. Não teve acesso à língua de sinais quando criança. Somente aos 32 anos voltou para a escola. Estudou na Escola Marechal Rondon, onde, de fato, conheceu a língua de sinais. Concluiu o ensino médio no CEEJA, em Vilhena. Ingressou na UNIR/campus de Vilhena em 2017, no curso de Letras, porque acreditava que assim poderia aprender a língua portuguesa. Após dois semestres no referido curso, percebeu que esse sonho não seria alcançado; então, migrou para o curso de Pedagogia, em 2018. Lê e escreve pouquíssimo em língua portuguesa e não se considera fluente em Libras. Tem conhecimento da existência da escrita de sinais, mas não escreve.</p>
<p>DA 1</p>

21 anos. Sexo Feminino. Aos 6 anos de idade iniciou na educação escolar e logo aprendeu a língua de sinais. Nasceu com perda auditiva bilateral e, hoje, no ouvido direito, a perda é total. Teve contato com outros surdos somente na adolescência. Lê e escreve bem em língua portuguesa e se considera fluente em Libras. Sabe que existe a escrita de sinais, porém não escreve, por ser alfabetizada em língua portuguesa.

DA 2

27 anos. Sexo masculino. cursando o 6º período de Pedagogia. Aos 7 anos foi à escola, mas a tentativa de estudar fracassou. Aos 16 anos de idade retomou os estudos e conheceu a Libras. Lê e escreve bem em língua portuguesa, pois foi alfabetizado nessa língua. Não é fluente em Libras, mas afirma ter bastante conhecimento. Sobre conhecer e escrever a língua de sinais, afirma que já viu a escrita, porém não escreve assim.

DA 3

27 anos. Sexo feminino. Tem perda bilateral moderada. Frequentou escola pública desde os 7 anos. “Tinha vergonha de falar, sou deficiente”, pois sofreu muitas críticas, quando criança, em sala de aula. Ficava acuada quando os professores chegavam à frente dela e esbravejavam: “você é surda! Não escuta! Estou falando com você!”. “Hoje fico olhando a boca das pessoas para entende-las”. O contato com a Libras aconteceu na UNIR. Lê e escreve somente em língua portuguesa.

DA 4

21 anos. Sexo feminino. Com 5 anos de idade, foi para a escola. Nasceu com perda auditiva bilateral moderada. Sempre estudou em escola pública. Lê e escreve em língua portuguesa. Nunca teve contato com surdos. Ingressou no curso de Letras.

Dos sete entrevistados, somente o Surdo 1 tem conhecimento linguístico da sua língua materna. Conhece o *Sign Writing*, porém não tem preocupação em desenvolver esse sistema de escrita, por ser alfabetizado em língua portuguesa, assim prevalecendo a L2.

O Surdo 3 ingressou na universidade na perspectiva de aprender a L2, língua portuguesa. Esse participante respondeu no questionário que está aprendendo a língua de sinais conforme as regras gramaticais, na UNIR, e frisa a importância das ações desenvolvidas pelo Núcleo de

Atendimento Educacional Especializado, NAAE, em prol da difusão da Libras.

A deficiente auditiva DA 1 é fluente na língua materna, porém não escreve nessa língua, por ter sido alfabetizada na L2.

Segundo Fernandes (2015), os fatores do contato tardio de alunos surdos, bem como o ensino em perspectiva bilíngue, são:

a) A falta da modalidade das línguas: visuoespacial e oral-auditiva; b) Surdos filhos de pais ouvintes: os pais não conhecem a Libras; c) O contexto atípico da aquisição da Libras, sendo tardio esse contato; d) A idealização institucional do status bilíngue para surdos: as políticas públicas determinam que os surdos devem aprender português; e os surdos querem aprender na língua de sinais; e) Revisão do status do português pelos próprios surdos: reconstrução de um significado social a partir dos próprios surdos. (FERNANDES, 2015, p. 29).

Conforme citação da autora, alguns desses fatores estão presentes na vida dos surdos e dos DAs, o que os tornam dependentes de intérpretes e familiares. A autonomia desses sujeitos será, portanto, tardia.

5 Considerações finais

Em relação aos desejos e às perspectivas dos surdos e deficientes auditivos, ambos se consideram sujeitos capazes de protagonizar sua história. Estão na universidade em busca de objetivos e pretendem atuar no mercado de trabalho como os ouvintes, pois buscam a qualificação e merecem todo o respeito e a atenção quanto às necessidades encontradas. Percebeu-se, nesta pesquisa, quanto aos resultados dos questionários, a importância da institucionalização do NAAE. Os acadêmicos afirmaram sentirem-se acolhidos no âmbito das ações

desenvolvidas em prol das perspectivas linguísticas aprendidas durante a convivência do núcleo e também nos cursos de extensão.

Observou-se que, de todos os entrevistados, apenas dois têm conhecimento sobre a linguística da sua língua materna, mas não têm o domínio pleno da estrutura gramatical da L1, fato que possui uma das causas a alfabetização em L2.

Outro ponto observado que serve como reflexão: a Libras no ensino superior é como língua de acesso, não como aquisição, o que foi observado e transcrito na entrevista com o Surdo 3. As ações de acessibilidade no ensino superior não deveriam ser de alfabetização, e sim de acessibilidade e de ampliação do vocabulário linguístico para as duas línguas.

Referências

ALMEIDA, Éden Veloso de; MAIA FILHOR, Valdeci. *Aprenda Libras com eficiência e rapidez*. Curitiba: Mãos Sinais, 2015.

BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 7. ed. São Paulo: Hucitec, 1995.

BIBLIOTECA VIRTUAL EM SAÚDE. Disponível em: <http://pesquisa.bvs.br/brasil/decs-locator/?output=site&lang=pt&from=1&sort=&format=summary&count=20&fb=&page=1&filter%5Btag_brasil%5D%5B%5D=regulacao+em+saude&filter%5Btag_brasil%5D%5B%5D=regulacao+em+saud e%2Fsuplementar&filter%5Btag_brasil%5D%5B%5D=regulacao+em+saude%2Fvigilancia+sanitaria&q=surdez&index=&tree_id=&term=surdez&tree_id=C09.218.458.341.186&term=surdez>. Acesso em: 11 nov. 2019.

BRASIL. *Coleção de leis do Brasil*. 2004. v. 12. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2000/lei-10098-19-dezembro-2000-377651-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 11 nov. 2019.

FELIPE, A. T. *LIBRAS em contexto*. 8. ed. Rio de Janeiro: Wal Print, 2007.

FERNANDES, E. (Org.). *Surdez e bilinguismo*. 7. ed. Porto Alegre: Mediação, 2015.

HALL, S. *Identidade cultural na Pós-modernidade*. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

INES. *Aspectos da trajetória do Instituto Nacional de Surdos de Educação em seu percurso de 150 anos*. 2. ed. Rio de Janeiro: INES, 2008.

LOPES, M. C. *Surdez & Educação*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

LULKIN, S. A. O discurso moderno na educação dos surdos: práticas de controle do corpo e a expressão cultural amordaçada. In: SKLIAR, C. (Org.). *A surdez: um olhar sobre as diferenças*. Porto Alegre: Mediação, 1998.

PERLIN, G. T. T. *O ser e o estar sendo surdos: alteridade, diferença e identidade*. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/5880/000521539.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2019.

PERLIN, G. T. T. Identidades surdas. In: SKLIAR, C. (Org.). *A surdez: um olhar sobre as diferenças*. Porto Alegre: Mediação, 2016.

QUADROS, R. M.; KARNOPP, L. B. *Língua de Sinais Brasileira: estudos linguísticos*. Porto Alegre: Artmed, 2004.

STUMPF, M. R. *Aprendizagem de escrita da língua de sinais pelo sistema Sign Writing: Línguas de Sinais no papel e no computador*. Tese (Doutorado em Informática na Educação) –Centro Interdisciplinar de Novas Tecnologias na Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

STROBEL, K. *As imagens do outro sobre a cultura Surda*. 2. ed. Florianópolis: UFSC, 2009.